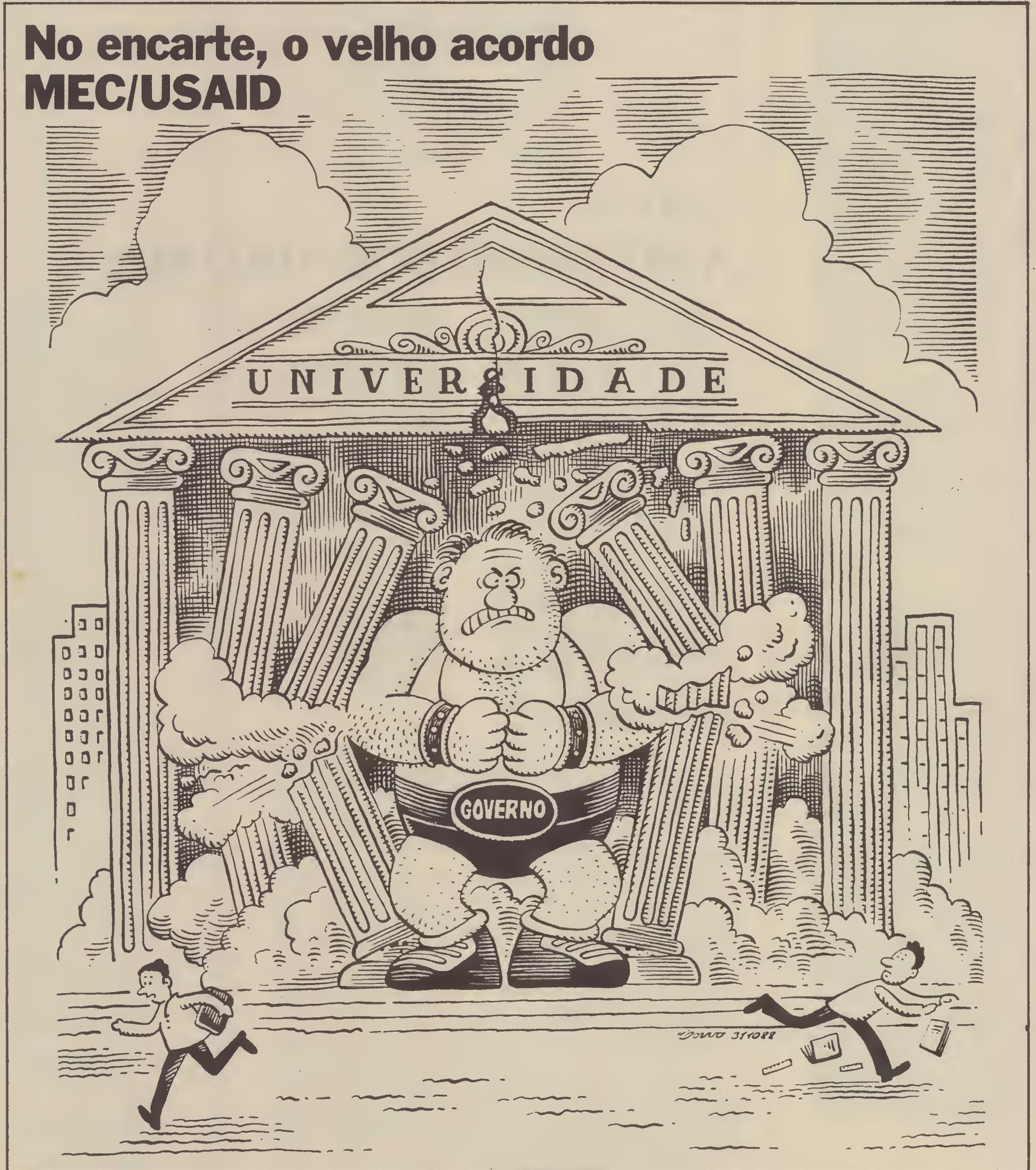


ADverso

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS

No encarte, o velho acordo MEC/USAID



FALTA DE VERBAS AMEAÇA UNIVERSIDADE PÚBLICA

(página Central)

A UNIVERSIDADE ESTADUAL

Renato Oliveira

Com a proximidade da Constituinte Estadual, volta ao debate um assunto que, com certa frequência, tem ocupado aqueles que, de uma ou de outra forma, lidam com o ensino superior em nosso Estado. Trata-se da possibilidade de, a exemplo da quase totalidade dos outros estados da Federação, vir também o RS a contar com uma Instituição Estadual de Ensino Superior.

Propostas para isso não faltam, sendo as principais suficientemente conhecidas. Recentemente, uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado presidida pelo Dep. Eden Pedroso, do PDT, instituída para tratar dessa questão, identificou entre outras coisas a existência de uma forte pressão no sentido de que o governo estadual alocue uma determinada quantidade de recursos financeiros para a manutenção das chamadas IES "comunitárias".

É preciso lembrar também que o atual governador do estado, em sua frustrada campanha eleitoral de 1982, propunha como ponto de seu programa de governo a criação de uma Universidade Estadual. A certeza da vitória encorajou o então candidato a constituir uma comissão para tratar do assunto, enquanto circularam a boca pequena, os nomes dos prováveis candidatos ao cargo de primeiro reitor da novel instituição. "Um Estado que não consegue manter a sua Universidade merece regredir à condição de Território!", pontificava o então senador Paulo Brossard, revelando o *ethos* que animava as hostes peemedebistas.

Na mesma linha de iniciativas, cumpre lembrar ainda o Projeto de Lei do Dep. Erani Müller do PMDB, em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado, e que cria a UERGS — Universidade do Estado do Rio Grande do Sul. Entre outras providências, o projeto do Dep. Erani Müller cuida de reserva uma parte das vagas da futura instituição para os "filhos das classes sócio-economicamente menos favorecidas".

Enfim, qual destas alternativas corresponde melhor aos interesses do Estado: a simples manutenção das chamadas IES "comunitárias" através de verbas públicas, a criação de uma Universidade "de elite" ou de uma Universidade "popular"? Quem vai decidir sobre isto e qual vai ser o poder de influência dos docentes de ensino superior nesta questão?

Uma definição sobre estas alternativas (e eventualmente a proposição de outras) é urgente, pois a oportunidade colocada pela Constituinte Estadual tanto pode encaminhar para uma solução satisfatória, através da definição de um projeto de universidade realmente inovador em termos de experiência brasileira ou, ao contrário, pode significar a manipulação demagógica da questão em proveito de interesses reacionários.

No debate a ser encaminhado cabe, a nosso ver, uma primeira consideração de caráter histórico: o RS não só já possui uma Universidade Estadual, como foi ela uma das únicas nascidas de um projeto político-ideológico, que refletia a preocupação dos grupos dominantes em construir sua hegemonia nos planos social e político. Sua federalização na década de 50, da qual resultou a UFRGS, refletiu um processo de redefinição do papel do estado no contexto nacional, redefinição esta que, diga-se de passagem, talvez dê uma certa dose de razão à afirmativa do hoje ministro Paulo Brossard...

Em segundo lugar, este debate deve necessariamente levar em conta a situação das IES "comunitárias". É necessário antes de tudo ter presente que a expansão quantitativa desse modelo foi o resultado de uma política explícita do Governo Federal, começando à época da gestão Tarso Dutra no MEC e continuando durante o período do atual senador Jarbas Passarinho. Excetuando-se as IES confessionais que, por motivos óbvios, posam de "comunitárias", quase 90% dessas IES surgiram no período de 1967 à 1974. As razões que levaram ao seu surgimento foram as mesmas que levaram à expansão da rede privada de ensino superior: enorme expansão da demanda por vagas naquele período, combinada com retração relativa aos investimentos estatais na educação.

Que algumas dessas IES tenham consolidado importantes experiências anteriores, assim como a maioria surgiu em localidades onde a demanda por ensino superior não chegava a formar um mercado que garantisse o retorno dos investimentos do capital privado, são diferenças que, embora relevantes para entendermos as especificidades do setor, não obscurem o fundamental: as IES "comunitárias" constituíram-se numa das tantas maneiras do Estado descomprometer-se com o financiamento da educação. Este é o ponto central, sobre o qual devemos ter um posicionamento claro, sob pena de, num momento em que temos capacidade, ainda que limitada, de influirmos na política de distribuição das verbas públicas, usarmos essa influência para o fortalecimento justamente da iniciativa privada na educação.

Renato Oliveira é sociólogo, membro da diretoria da ADURGS



CARTAS

A SITUAÇÃO DOS "OUTROS"

O debate sobre Reforma Agrária promovido pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, em 17 de outubro passado, no Campus do Vale, contou com a participação de representantes da ABRA (Associação Brasileira pela Reforma Agrária), do MIRAD (Ministério pela Reforma Agrária), do Movimento dos Sem-Terra e de estudantes do mestrado em Sociologia Rural da UFRGS. A UDR, mesmo estando comprometida a participar, não compareceu.

O auditório estava vazio. Não é surpresa. A Reforma Agrária derrotada na Constituinte, que conseguiu aprovar uma legislação ainda mais atrasada que o Estatuto da Terra do governo militar é objeto de luta cada vez mais radicalizada, e que se dá longe dos refletores da opinião pública dominante, representada nos grandes veículos de informação do país.

Nós, "universitários engajados", estamos apáticos. Enquanto consumidores, no entanto, nos preocupamos com a carestia e com a violência urbana, mas desvinculamos estes problemas de seu contexto global, onde a questão agrária está incluída e é uma das causas da crise que vivemos. A história oficial e mais de 20 anos de Rede Globo realmente tiveram atuação eficiente sobre nós.

A luta pela Terra é bem mais antiga que as invasões dos Sem-Terra iniciadas em 78

no nosso Estado. Remonta nossa formação histórica, pois não é de hoje que conhecemos os latifúndios e a pobreza da população.

Nossa história é pontilhada de insurreições contra o sistema vigente, em geral duramente reprimidas e, portanto, esquecidas. Algumas edições do *Pasquim da Revolução Praieira*, publicadas em Pernambuco nos idos de 1848, informam sobre a idade dessa luta.

O autoritarismo desse país não é privilégio da ditadura. Basta a situação dos "outros" (sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-comida) mostrar sinais de mobilização para que os "ameaçados" coloquem as armas de fora. Para ilustrar, lembremos que em 3 anos a UDR conseguiu uma organização com força impressionável. Derrotou um milhão de assinaturas pela Reforma Agrária levadas à Constituinte e desestruturou muitos projetos de desapropriação, respaldados na justiça.

Movimentos de Sem-Terras existem em todo o país, e cada vez mais conscientizados, dando sempre uma lição do que realmente é lutar por condições melhores de vida para todos, pelo direito ao trabalho e pela posse de terras para plantar e sobreviver, sem ter que se submeter às condições de vida

degradantes que a fuga para a cidade oferece.

Pois é. Aumentar o bolo e depois dividir não funciona. Alega-se que produtividade e modernidade são indispensáveis para alcançar o tão almejado desenvolvimento. Mas que tipo de modernidade e de qual produtividade se fala? E às custas de quem?

Para os latifundiários não importa o fato de se conseguir produzir feijão, milho, trigo e até duas sacas e meia de soja por hectare de terra, onde os pecuaristas, na mesma extensão, produzem 50 kg de carne bovina. O único argumento que sobra é a manutenção do poder conferido pela posse da terra.

Como disse uma militante da UDR, por ocasião de um debate na Agronomia: "Se entrarem na minha terra, mato esses esquerdistas".

Segundo Gildair Paixão, do Movimento dos Sem-Terra, o grande problema para a polícia e para os fazendeiros por ocasião da invasão da Fazenda Buriti era os filhos dos fazendeiros. Drogados, estavam loucos para dar uma de herói de filme norte-americano, ameaçando jogar gases tóxicos sobre o acampamento onde havia trinta por cento de crianças.

Débora Lerrer.

Aluna do 4º semestre do Departamento de Jornalismo da FABICO.

EDITORIAL

Ao longo da última greve nacional de docentes, principalmente durante o processo de negociação do novo Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) e das demais reivindicações sustentadas durante a greve, o conjunto dos professores que participou do Comando Nacional de Greve consolidou uma certeza: a desestruturação do sistema federal de ensino superior eleita como objetivo prioritário e imediato pelo MEC.

A preocupação despertada por essa certeza somou-se uma outra: a denúncia concreta deste objetivo facilmente seria interpretada como manobra retórica da ANDES e das ADs, inclusive pela base do MD. Afinal de contas, sabe-se que o MEC nunca morreu de amores pelo ensino público; apesar disso, bem ou mal as Universidades Federais têm conseguido sobreviver.

No entanto, esta certeza começa a assumir a evidência dos fatos. Derrotado na sua proposta de Plano de Cargos e Salários orientado ideologicamente pelo modelo das IES privadas, o Governo impõe à Universidade o garrote da política de cortes de verbas.

É bom lembrar que a ANDES reivindicava, para o ano de 1988, um volume de verbas para Custeio e Capital que, somado à necessária para recuperação do patrimônio físico dos campi, deveriam atingir cerca de 25% do Orçamento Geral das IFES. Em acordo com o CRUB, o movimento docente aceitou a proposta de 15% do Orçamento Geral das IFES para Orçamento de Custeio e Capital, entendendo-o como o mínimo vital para o funcionamento das IFES.

Até o mês de outubro, este percentual ainda não atingiu um terço do prometido! Como resultado, uma Universidade, a Federal de Ouro Preto, fechou! A UFOP não está paralizada: a UFOP fechou! Paralizadas, em protesto, estão outras quatro.

Novamente, caberá ao MD a defesa do Ensino Superior Público. A alternativa todos sabemos qual seria.

EXPEDIENTE

ADURGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sede: Av. João Pessoa, 409 — 3º andar — Fone: (0512) 26-2719

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-Presidente: Renato de Oliveira
2º Vice-Presidente: Antonio Claudio Nufez
1ª Secretária: Leda Gobetti
2ª Secretária: Marta Júlia Lopes
1º Tesoureiro: Darci Campani
2º Tesoureiro: Joacir Medeiros
Suplente: Adroaldo Gaya
Suplente: Rosemari de Oliveira

ADverso:

Comissão editorial:
Renato de Oliveira
Marta Júlia Lopes
Eloína Santos
Mario Cabeda
Maria Assunta Campilongo
Joacir Medeiros
Redação e edição:
Juçara Brites — RG 13.866 (RJ)
Diagramação: Sosa

Composição e Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa
Tiragem: 5.000 exemplares

O processo de redemocratização dos países do Cone Sul e a crescente perda de apoio dos regimes de Pinochet e Stroessner recoloca a complexa problemática que diz respeito às relações econômico-políticas entre os países da região e destes com os países hegemônicos do capitalismo mundial. Este é o tema proposto para a sessão Debate do ADverso n.º 5.

ARGENTINA 1983-1988: A TRANSIÇÃO CONSERVADORA

Cesar Augusto B. Guazzelli

A queda do regime de exceção imposto pelos militares na Argentina em 1976 teve características quase apocalípticas. Por detrás dos protestos das "madres" e "abuelas" da Plaza de Mayo, que ecoavam com os protestos pelas vítimas da guerra suicida pelas Malvinas, havia um saldo econômico aterrador: uma das maiores dívidas externas do Terceiro Mundo (a maior, se considerarmos a população do país), uma taxa de desemprego crescente, um parque industrial praticamente destruído.

As perspectivas que se abriam com o retorno de um regime democrático iam muito além do restabelecimento de liberdades políticas e da restituição dos direitos de cidadania: acenava-se com a recuperação de um poder econômico perdido e com a volta, pelo menos parcial, de uma situação de opulência que ocupava em termos relativos — a Argentina no passado. A ascensão do governo Alfonsín significava ainda algo mais: pensava-se numa saída política e econômica não identificada com o populismo peronista. Assim, a esplêndida votação obtida pelo candidato da UCR representava muito mais do que a própria UCR, que, depois da década de 50 jamais superou uns 20% do eleitoral argentino, representava um conjunto amplo de forças políticas, desde setores burgueses e pequeno-burgueses ansiosos pelo restabelecimento

de um mercado interno, até frações do operariado que não viam na esfacelada esquerda argentina uma saída confiável.

As decepções não tardaram a surgir. Na falta de termos de intercâmbio favoráveis, que recriassem um balanço de pagamento favorável, a tendência ao endividamento externo maior persistia. O "sucateamento" do parque industrial tornava necessário um investimento de capitais muito elevado; o Estado não dispunha de tais capitais, os empréstimos externos destinavam-se ao "rolamento" da dívida, os empresários — associados ao capital externo — preferiam as aplicações financeiras. O Plano Austral, que foi a cartada decisiva jogada pelo governo Alfonsín, teve um sucesso efêmero: o pouco que significava em termos de redistribuição de renda — ao menos como elevação do "poder de consumo" —, para o empresariado nacional representou uma queda nos seus ganhos, e a reação aconteceu brevemente com o aparecimento dos "mercados negros", a falta de produtos, as manifestações pela volta de um livre mercado.

Falindo um modelo econômico que tentava restabelecer um maior consumo como estimulador de uma maior produção sem que, insisto, os termos de troca no mercado internacional fossem favoráveis — a situação voltou praticamente ao ponto de partida. Assiste-se a uma crescente desvalorização da moeda, a volta às medidas recessivas indicadas pelo FMI, às tentativas de reequilibrar a economia através de uma drástica

redução dos gastos públicos. Culpa-se ao Estado "benfeitor" os traumas econômicos, ressurgindo com força uma linguagem política neoliberal desaparecida já há muitos anos.

O cenário político atual, em vésperas de eleições presidenciais, reflete o que foi dito acima. Dentro do radicalismo (UCR, o partido de situação), naufragaram os políticos que representavam os setores mais progressistas — inclusive o próprio Alfonsín —, despontando os líderes mais conservadores: o candidato da UCR, Angeloz, atualmente o político mais importante do radicalismo, está perfeitamente afinado com as medidas recessivas ditadas pelos centros hegemônicos do capitalismo. Da mesma forma, dentro do movimento peronistas naufragaram as tendências mais avançadas: a candidatura do caricato governador Riojano Menem significa igualmente um avanço das forças conservadoras. Além disso, uma terceira força surge com vigor: o partido de direita do senhor Alsogaray (UCD), que propõe francamente o fim da intervenção do Estado na economia, com a volta de um liberalismo econômico extinto na década de 30, é o que mais cresce nas pesquisas de opinião (mesmo que virtualmente não tendo chances, o dado é importante).

Há uma tímida tentativa de formação de uma frente de esquerda. Porém, além do extermínio de muitos quadros realizado aos tempos da ditadura, restam muitas querelas difíceis de concertar. As facções de direita no momento em que

vislumbram uma ameaça aos seus interesses — em última análise à propriedade — se unem; as esquerdas debatem hipotéticos projetos de transformação da sociedade e sua união é muito mais difícil.

Em síntese, e sem querer simplificar, o que assistimos hoje na Argentina não está muito distante do que ocorre em todo o Cone Sul: transições conservadoras ocorreram no Brasil e no Uruguai, e é o que se prenuncia no Chile pós-Pinochet. A incapacidade dos governos ditatoriais nesses países em resolver problemas econômicos severos indicava a necessidade de mudança: para os centros hegemônicos tornou-se uma opção mais segura a realização de transições políticas conservadoras. Mantém-se a dominação, mas se recria um espaço político que é legitimado pelas suas características democráticas. Por outro lado, reforça-se a tese de que a luta anti-imperialista na América Latina não só é uma luta nacional, como também passa pela destruição do capitalismo como sistema econômico.

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli — Aluno do Curso de Mestrado em História do IFCH da UFRGS. Atualmente preparando dissertação de Mestrado sobre "As Montoneras de 1860-1870: o Discurso dos Caudilhos do Noroeste Argentino".

A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Cláudia Wassermann

*"Bolívar lanzó una estrella
Que junto a Martí brilló
Fidel la dignificó
Para andar por estas terras.",
(Canción por la unidad latino-americana
— Pablo Milanés)*

Muito tem sido discutida a questão da economia brasileira em relação à dívida externa e aos sacrifícios que o povo brasileiro tem de se submeter para pagar algo que não pediu emprestado. Enfim, este problema, longe de ser solucionado, é adiado indefinidamente.

Deve-se lembrar que alguns líderes latino-americanos divulgaram e lutaram por idéias de união continental e entenderam que a questão da dívida não é um problema brasileiro. É uma questão latino-americana e, por que não dizer, terceiro-mundista.

A história das lutas pela união continental não aparece nos livros didáticos e não faz parte do debate nas salas de aula do nosso II grau.

O Brasil virou as costas para nações do continente. É certamente uma estratégia geopolítica. Para atender às demandas do capitalismo internacional que possui claro interesse em promover e consolidar a divisão da periferia.

Temos que resgatar historicamente os momentos em que surgem estas idéias de união latino-americana e os motivos pelos quais estas nações têm um passado comum.

Os descobrimentos do final do século XV e início do século XVI encontram-se vinculados ao

processo de transição do feudalismo para o capitalismo. A região latino-americana era uma das principais fontes que os países europeus tinham para acumular capital. Os lucros eram obtidos através da conquista, exploração e estabelecimento do monopólio colonial.

A organização social da colônia privilegiava as camadas provenientes da metrópole e o trabalho braçal era feito por uma maioria nativa ou africana submetida a recolher os lucros que serviam para acumulação da burguesia europeia.

A independência colonial se desenvolveu entre 1810 e 1825, identificada com a necessidade das nações europeias industrializadas de romper os monopólios e exclusivismos, comercializando livremente com todos os países do mundo.

Ocorreu, desde o final do século XVII, um desenvolvimento colonial em termos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Uma parte dos habitantes da colônia, beneficiada com este desenvolvimento, passou a lutar pela independência e foi influenciada pelo liberalismo econômico da Inglaterra e pelas idéias do iluminismo francês.

As campanhas pela independência foram levadas adiante por caudilhos locais. A formação de exércitos não respondia a nenhum critério continental e o processo emancipador caracterizou-se como heterogêneo quanto às causas, o ritmo da luta, as características e os próprios resultados da independência.

O primeiro projeto de uma união latino-americana foi liderado por Simon Bolívar, chefe militar nas lutas pela independência e que deu a elas

dimensões continentais, percorrendo todos os países.

Suas idéias foram divulgadas durante e depois das lutas. Para ele, a união poderia transformar a América em "um colosso campeão da liberdade". As idéias de Bolívar foram frustradas e o Primeiro Congresso Continental (1826, Panamá) não foi além do levantamento de algumas propostas que jamais foram postas em prática.

Apesar das tentativas de integrar os estados latino-americanos, formaram-se quase 17 repúblicas, com interesses diferenciados e orientadas separadamente para os centros mundiais de poder.

As tendências localistas são heranças do período colonial e, principalmente, frutos do interesse das potências mundiais em manter cada país preocupado apenas com seus problemas. Entretanto não podemos esquecer a história. Ela está repleta de exemplos que demonstram a verdadeira relação que existe entre os países da América Latina.

Na história recente, as nações foram arrasadas por golpes militares que não eram causados exatamente por especificidades de cada país, mas porque a Revolução Cubana de 1959 colocava em risco os interesses estrangeiros localizados na América Latina. Os investidores norte-americanos, por exemplo, não poderiam admitir que o exemplo cubano pudesse espalhar-se por outros países latino-americanos e ameaçar a grande fonte de renda que estes representam.

Atualmente, todos os países latino-americanos são considerados devedores. O pagamento da dívida externa arrasta os países à *débâcle* econô-

mica e financeira. Suas populações vivem em condições de miséria e desespero.

É necessário que se estude a história deste continente para possibilitar a rearticulação de idéias como as de Bolívar. Neste momento, surgem propostas relacionadas com o pagamento das dívidas. Uma é liderada pelo México e propõe a renegociação conjunta dos principais países devedores diretamente com os bancos credores. Outra é liderada por Fidel Castro, comandante cubano, para quem os países do Terceiro Mundo não são devedores, mas sim "pagadores". Castro tenta provar que a dívida já foi paga via exploração, feita pelos credores, desde o descobrimento.

Ainda em uma perspectiva continental, países como o Brasil e Argentina propõem uma integração bilateral regionalizada, isto é, uma proposta de união econômica, cultural, etc., do Cone Sul. Entretanto, é importante salientar que a democracia nos países do Cone Sul é garantida da continuidade do processo de integração bilateral.

A luz dos fatos históricos, estas idéias devem ser discutidas, pois parece claro que as soluções dos nossos problemas passam necessariamente por uma união das repúblicas latino-americanas.

Cláudia Wassermann
Historiadora, Professora do Departamento de História da UFRGS.

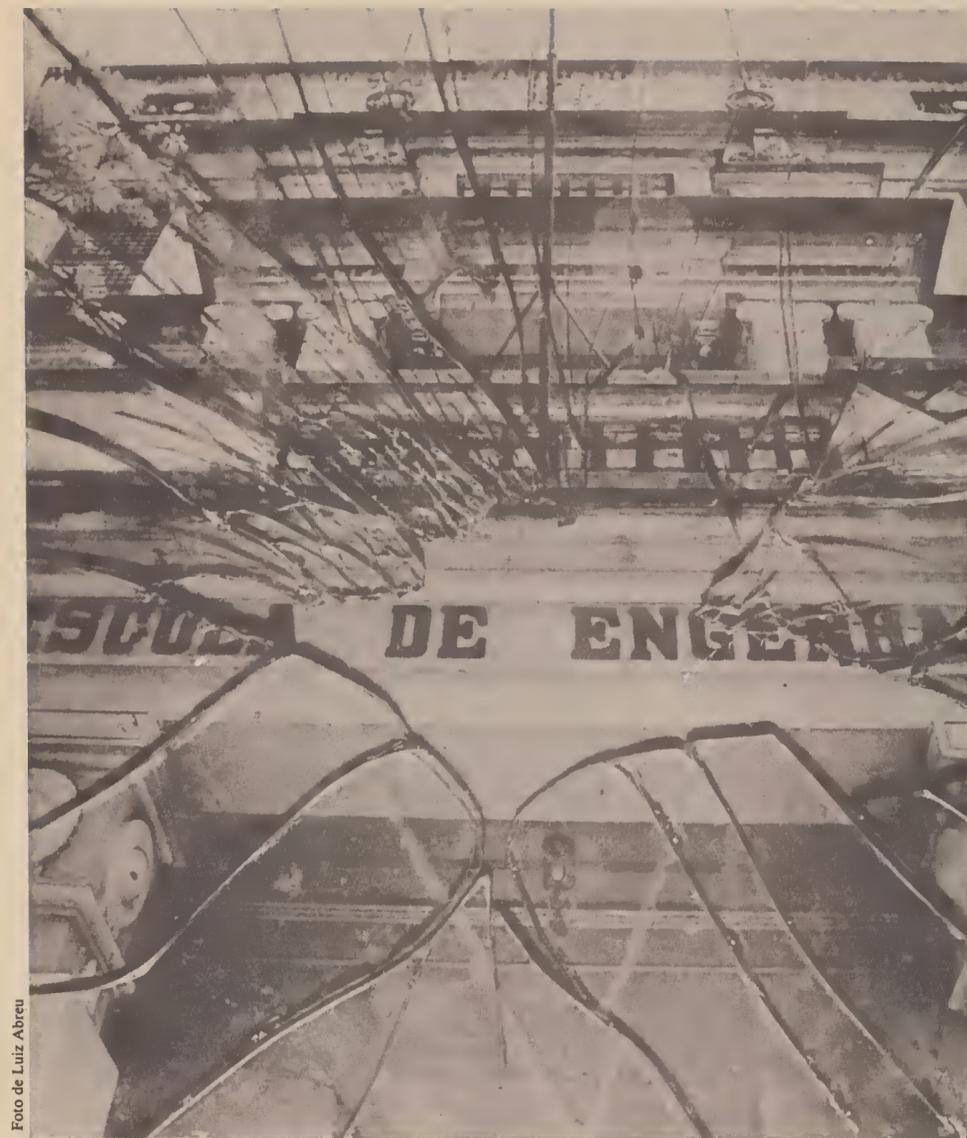


Foto de Luiz Adfer

Carta de João Pessoa em defesa da Universidade Pública

"A crise não é só das Universidades que estão em movimento, mas de toda a Universidade pública e exige a ampliação e a generalização da luta"

Há 24 dias estudantes e professores da Universidade Rural do Rio de Janeiro decidiram, em Assembleia conjunta, ocupar o prédio do MEC no Rio de Janeiro. Há 33 dias os estudantes e há 23 dias os docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco estão em greve, como forma de expressar sua indignação com a maneira pela qual vem sendo tratada a Universidade Pública brasileira.

O ataque à Universidade Pública chega a seu ponto máximo. Depois de uma preparação que consistiu na tentativa de desmoralizá-la, dizendo-a custosa e improdutivo; depois dos decretos que pretendiam estrangulá-la impedindo-a de funcionar por falta de professores, agora é a vez de inviabilizá-la, cortando suas verbas.

O governo Federal e o MEC (associados ao Lobby privatista) querem, assim, acabar com a Universidade Pública. Asséxiem as Universidades Federais pela falta de verbas decorrente do não cumprimento do compromisso com os 15% de OCC/OG assumido pelo governo na greve do ano passado.

É a Universidade Pública, no seu conjunto,

atravessando uma de suas mais graves crises. Arrocho salarial, proibição de contratação de professores e retenção de verbas são aplicados simultaneamente pelos diferentes governos, nos diversos Estados, contra as Universidades Estaduais. Enquanto na semana passada o MEC liberou 7,3 bilhões para o conjunto das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), aquiinho com 8,5 bilhões as mantenedoras do ensino privado, favorecendo nove escolas particulares.

O Movimento Docente vem respondendo a esses ataques: no Rio de Janeiro com um ato público no dia 28/9 que reuniu os estudantes, docentes e funcionários da Rural, Federal Fluminense, Federal do Rio de Janeiro, UNIRIO, CEFET, Estadual RJ, com adesão de docentes da UFF e estudantes da UFRJ à ocupação do MEC, em Pernambuco, no mesmo dia, com passeatas pelo centro, com concentração no MEC, com lutas em Ouro Preto e Espírito Santo.

Mas a crise não é só das Universidades que estão em movimento. A crise é de toda a Uni-

versidade Pública e exige a ampliação e a generalização da luta. Não há outro caminho.

As 55 AD's presentes ao XVIII CONAD vem tomando públicos não apenas o apoio e a solidariedade aos estudantes e docentes da Rural do Rio de Janeiro e Pernambuco e às demais Universidades em luta. Vem chamar o conjunto dos docentes, funcionários e estudantes a se unificarem para defender a Universidade Pública ameaçada formando comandos locais de mobilização, lançando no dia 20/10 a campanha SOS Universidade, preparando um dia nacional de protesto a realizar-se em 9/11/88 em conjunto com a UNE e a FASUBRA. E iniciando um movimento de mobilização continuada dos professores, estudantes e funcionários, que objetiva envolver outras entidades da sociedade civil e o conjunto da população na defesa de uma Universidade Pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade.

João Pessoa, 15 de outubro de 1988.
DIA DO PROFESSOR

UNIVERSIDADE

UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTÁ FECHANDO POR FALTA DE VERBAS

A Universidade brasileira está sem verbas para o pagamento de contas de água, luz, telefone, conservação do patrimônio, instalações físicas, bibliotecas, laboratórios, etc. Junto com os campi, a educação oferecida vai sendo destruída, como resultado de uma política deliberada de aniquilamento da Universidade pública, encomendada pela ditadura militar e potencializada pelo governo Sarney. Como a Universidade de Ouro Preto (MG), muitas outras poderão fechar se o MEC não liberar a verba que prometeu durante a greve de 1987 e, com isso, toda a sociedade sairá perdendo.

A diferença entre os recursos necessários para que as Universidades paguem suas contas e o que até agora foi liberado pelo MEC é da ordem de Cz\$ 70 bilhões, afirmou Sadi Dal Rosso, Presidente da ANDES, em entrevista ao ADverso. Em seis de outubro passado a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior conseguiu a liberação de cerca de Cz\$ 7,3 bilhões que, somados ao que foi liberado até setembro deste ano, dá um total de Cz\$ 19 bilhões. Ou seja, menos de 20% dos cerca de Cz\$ 90 bilhões necessários para fechar as contas até o fim do ano.

Essas denúncias partem de vários setores da Universidade. Na segunda semana de outubro, Eduardo Coelho, presidente do CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras) levou-a ao Presidente Sarney, alertando para o fato de esta questão não mais poder ser vista como setorial, já que é impossível pensar em desenvolvimento econômico e tecnológico sem o papel preponderante que as Universidades exercem.

Dal Rosso concorda com o CRUB, e vai mais longe: Quem perde com o fechamento das Instituições de Ensino Superior (IFES) não são só os setores imediatamente envolvidos, mas toda a comunidade, afirma. E para citar apenas um dos exemplos, lembra que é nas Universidades que se formam professores de I e II graus.

O presidente da ANDES denuncia que o acordo assumido pelo MEC no final da greve de 1987 não foi cumprido. Na época, ficou acertado que seria investido 15% do orçamento global em custeio e capital. O que foi realizado até agora é inferior a 5%. Assim, de cada Cz\$ 100,00 remetidos para as IFES, Cz\$ 95,00 destinam-se à folha de pagamentos e apenas Cz\$ 5,00 para os demais custeios. Por esta razão "estamos em uma fase de asfixia", diz Dal Rosso.

O GOVERNO NÃO CUMPRIU A PALAVRA ASSUMIDA COM OS PROFESSORES AO FINAL DA GREVE DE 87.

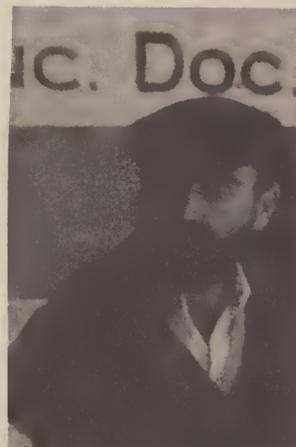
Se for feito um somatório de tudo o que o governo confiscou dos salários dos professores das IFES até setembro, teremos a quantia de Cz\$ 50 bilhões, afirma o presidente da ANDES. O mecanismo utilizado foi o não pagamento das URP's de abril e maio e a diferença entre estas e a inflação real. Dessa soma, nada foi devolvido em termos de verbas. Transformando-se em OTN o que deixou de ser pago aos professores, em virtude do confisco da URP, verifica-se que a folha de pagamentos de outubro saiu de graça para o MEC.

LIVRARIA PALMARINCA

LIVRARIA PALMARINCA LTDA.

Rua General Vitorino, 140
1.º Andar - Sala 14 A
Fone: 24-1874
Caixa Postal, 102
Porto Alegre - RS

DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO



Mesmo que diferenciado segundo cada região, a situação tem causado uma série de protestos: greve na Universidade Rural do Rio de Janeiro; ocupação do prédio do MEC por esta mesma Universidade apoiada pela Federal do Rio de Janeiro; greve na Rural de Pernambuco; manifestação de estudantes no Espírito Santo seguida de enfrentamento com a polícia. Este mesmo problema manifestou-se nas Universidades Estaduais: USP, UNESP e Unicamp, es-

ta última há mais de um mês paralisada por melhores salários e mais verbas.

ATÉ SETEMBRO O GOVERNO CONFISCOU CERCA DE 50 BILHÕES DOS SALÁRIOS DOS PROFESSORES

Constatando a necessidade de mobilização a nível nacional, a ANDES lançou, dia 20 de outubro, a campanha SOS Universidade e decretou 9 de novembro como o dia nacional de protestos, com dois objetivos principais: elevar o nível de conscientização dos professores sobre a asfixia lenta a que as IES estão sendo submetidas e para chamar atenção da sociedade sobre a lenta destruição programada pela política financeira de contensão de recursos para as Instituições de Ensino Superior.

Ao mesmo tempo que luta pela mobilização dos segmentos universitários por mais verba, a ANDES adverte: "Queremos que os reitores abram suas contas para a comunidade. Não vamos admitir que a nossa luta seja utilizada pelos reitores como um modo político para aumentar sua força", sentencia Dal Rosso.

MUDANÇA NOS ESTATUTOS DO CNPq

Governo Sarney acaba com um dos únicos foros de discussão democrática sobre ciência e tecnologia.

O governo Sarney desfechou mais um golpe contra a comunidade científica e tecnológica brasileira transferindo os principais encargos decisórios do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para o gabinete do Ministro Ralph Biasi, da Ciência e Tecnologia. O decreto de 4 de outubro (véspera da promulgação da nova Constituição e em meio a uma enxurrada de outros decretos e nomeações feitos às pressas) determina a extinção do Conselho Deliberativo e cassa os poderes do presidente e da diretoria executiva da entidade criada em 1951.

(Segundo a Folha de São Paulo de 13 de outubro), a façanha faz parte de um projeto de concentração de poder que o próprio Biasi julga necessário para dar mais peso político ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

PROTESTOS

Apesar do CNPq não se ter pronunciado oficialmente sobre as mu-

danças, entendendo que essa manifestação deveria partir do ministro Biasi — que na ocasião engrossava a comitiva de Sarney na União Soviética — crescem os protestos de setores ativos da ciência e tecnologia no país, como exemplifica a nota pública da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), datada de 12 de outubro. Ela denuncia o atentado contra o estatuto do CNPq, manifestando o voto de desconfiança das entidades em relação à atuação do ministro Biasi e a "guinada na política de Ciência e Tecnologia do governo Sarney". Reivindica ao poder legislativo a revogação do que considera um ato arbitrário perpetrado por saudosistas do regime autoritário.

Fernando Otávio Freitas Faria, representante dos funcionários do CNPq no Conselho Deliberativo, em nota oficial citada no Boletim Informativo n.º 15 da SBPC, diz que a medida abriu as portas para o fisiologismo e o partidário e outros vícios que se acumulam em várias enti-

dades da atual administração pública brasileira.

Outra manifestação de protesto partiu de 45 representantes de sociedades científicas do país, que decidiram em assembleia no Instituto de Física da USP, em 27 de outubro, suspender a participação da comunidade científica no Conselho Deliberativo do CNPq, e no Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT).

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

O jornalista Roberto Lopes, da Folha de São Paulo, apurou que Biasi já mandou estudar a criação de uma agência de notícias sobre ciência e tecnologia, que controle todas as informações sobre as atividades governamentais nesse setor. Mais do que isso, segundo Lopes, Biasi confidenciou que pretende administrar o ministério com o seu "grupo", o que foi confirmado há dois meses com a nomeação do engenheiro

LIVRARIA VOZES

- 10% de desconto para Professores
 - 15% de desconto a vista na compra superior a 20 mil cruzados
 - 3 x sem acréscimo na compra acima de 20 mil cruzados
- VISITE A ESTANTE
DE LIVROS IMPORTADOS
Rua: Riachuelo, 1280 - Porto Alegre - RS
Fone: (0512) 26-39-11

DIGITAL

Livraria e Distribuidora

Especializada em livros de informática e técnicos.

Papelaria e suplementos de Informática.

Descontos especiais para professores e estudantes.

Av. Des. André da Rocha, 80
Porto Alegre - Fone: 25.9944

LIVROS SOVIÉTICOS E CUBANOS A SEU ALCANCE AMPLIE SEUS CONHECIMENTOS

- Filosofia, Política, Sociologia, História, Economia, Direito, Educação
- Xadrez, Esporte
- Literatura Clássica, Contemporânea, Infantil, Álbuns de Arte, Teatro, Poesia
- Revistas: avulsas e assinaturas
- Física, Química, Matemática, Mineralogia, Mecânica, Engenharia Civil, Eletromecânica

LIVRARIA E DISTRIBUIDORA TECNOCIENTIFICA
Riachuelo, 1345 - F.: 26.6851 - Porto Alegre (8h30min às 19h - Sábados até às 12h)

ANDES realiza seu XVIII CONAD

CALENDÁRIO

As principais reivindicações são em defesa da Universidade pública e de melhores salários para os professores das Federais.

A ANDES realizou em João Pessoa, de 12 a 15 de outubro passado, o XVIII CONAD (Conselho Nacional de Associação de Docentes), tendo como pauta a análise da conjuntura nacional; a discussão sobre sindicalização dos professores universitários, os processos de avaliação e democratização das Universidades Brasileiras; questões setoriais, entre as quais campanhas em Defesa da Universidade Pública e em favor de melhores salários para professores das Universidades Federais, além de questões organizativas da Entidade.

SALÁRIOS

Para corrigir as distorções salariais (veja gráfico) relativas aos professores das Federais, o XVIII CONAD aprovou a seguinte pauta de reivindicações:

- 1 — Emergencialmente, reajustar a tabela salarial de setembro em 35,76%, sobre a URP prevista para outubro;
- 2 — Abono de 209,92% sobre o salário reivindicado para 1º de outubro, decorrente da defasagem entre o salário proposto e o salário pago no período de março a novembro 88;
- 3 — Sobre o Plano de Cargos e Salários:
 - alteração do percentual relativo à mudança de nível para 5%;
 - alterar o acréscimo DE para 50%;
 - extinção da GRIPE e reivindicação dos 20% de gratificação de nível superior que eram pagos às autarquias até abril/87;
 - para os professores de I e II graus, reivindica-se igualdade de exigências de titulação nas carreiras, sendo parâmetro a carreira de ensino superior.

Foi definido o seguinte calendário de mobilização para as Campanhas em Defesa da Universidade Pública e Salarial:

- Após o encerramento do CONAD, entrega das reivindicações ao MEC;
- 09/11/88 — Dia Nacional de Protesto, juntamente com a FASUBRA e UNE, com atividades de mobilização em defesa da Universidade pública;
- 18/11/88 Prazo para o MEC responder a proposta sobre salários e verbas;
- 22/11/88 — Assembléia para avaliação da resposta do MEC;
- 25/11/88 — Reunião Nacional das Federais para deliberar sobre os rumos das campanhas;

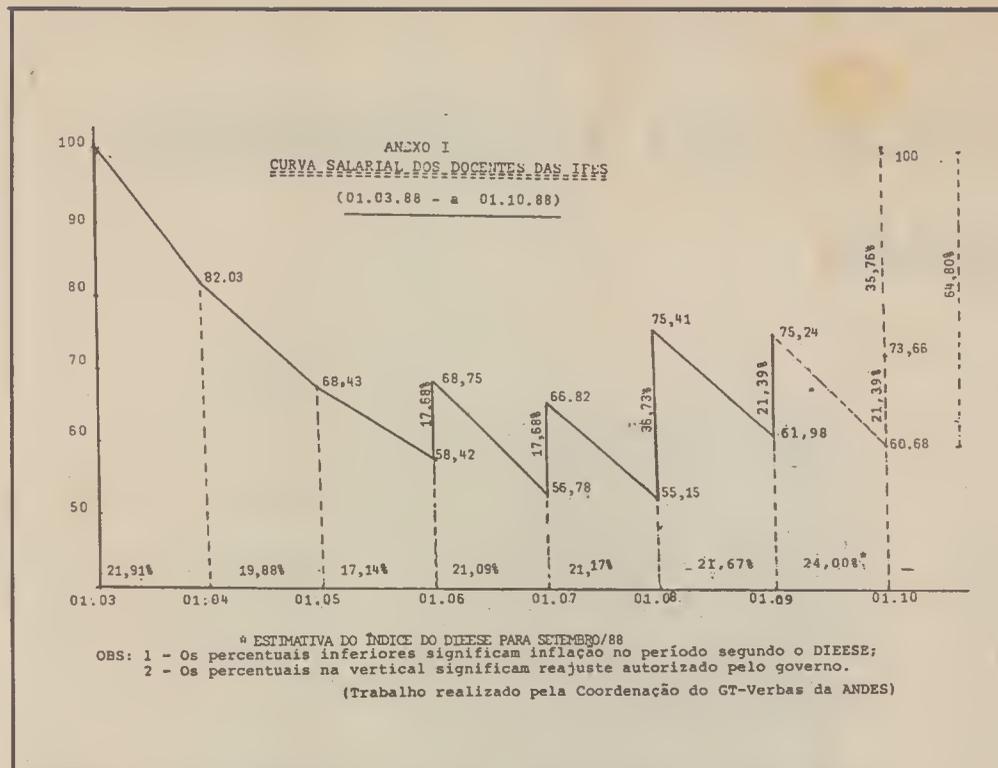
RECOMENDAÇÕES

As AD's presentes ao Congresso da ANDES aprovaram as recomendações que se seguem:

- Criar comandos locais de mobilização para encaminhar as lutas e viabilizar as propostas aprovadas;
- Promover ampla discussão nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) a respeito da situação financeira das mesmas;
- Levar à população a denúncia sobre a política do governo para as Universidades, causadora da depredação de um patrimônio público construído com verbas dos impostos;
- Discutir o regime jurídico das IFES a ser alterado com a nova Constituição, assim como o regime jurídico de contratação dos servidores públicos com vistas a sua alteração e analisar os processos de avaliação para a progressão funcional.

SINDICALIZAÇÃO

Após a realização de um seminário sobre Sindicalização e de discussões em grupos e em plenário, o XVIII CONAD aprovou *indicativamente* a proposta de fundação de um Sindicato



Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, nos moldes da ANDES, incluindo professores de Instituições Federais, Estaduais, Particulares e docentes de I e II graus das IFES.

No sentido de agilizar decisões a este respeito o CONAD deliberou por um Congresso Extraordinário a realizar-se nos dias 25 e 26 de novembro, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde definirá a proposta para a nova estrutura sindical.

FILIAÇÃO À CUT

Ainda sobre a sindicalização foi debatida a filiação da ANDES à Central Única dos Trabalhadores, que será objeto de deliberação no 8º Congresso da Entidade, marcado para janeiro do ano que vem, em São Paulo. A orientação adotada é a de que se aprofunde a discussão junto

aos professores, e que as assembléias que decidam pela filiação tomem as devidas providências e passem a integrar os departamentos regionais de educação da CUT.

NOTA

Em audiência com o professor Gerhard no 14 de outubro, a Diretoria da ADUFRGS solicitou da Reitoria informações sobre a situação financeira da UFRGS, bem como dados relativos à lotação docente em nossa Universidade. Gerhard prontificou-se a fornecer as informações, alegando, no entanto, que ainda não as dispõe. Assim que recebê-las, a Diretoria da ADUFRGS providenciará sua divulgação junto aos docentes.

Conselho de Representantes da ADUFRGS - Gestão 88/89

O Conselho de Representantes da ADUFRGS gestão 88/89 ficou praticamente definido nas eleições de 25 e 26 de outubro passado, com votação em 13 Unidades. Com exceção das Faculdades de Economia e Direito e do Instituto de Geociências, onde o processo eleitoral ainda não está definido, as demais Unidades terão indicado seus representantes até dia 10 de novembro. O resultado das urnas é o seguinte:

AGRONOMIA — Titular: Sílvia M. Guimarães de Souza. Suplentes: Alcenise de Almeida e Ingrid Bergman de Barros.

ARTES — Titular: Umbelina Barreto. Suplentes: Ciro Simon, Léa Kiefer e Irion Paulo Nolasco Rodrigues.

CPD — Titular: Sérgio Bampi. Suplente: Celso Maciel da Costa.

FÍSICA — Titular: Tiago Martins Simões. Suplentes: Trieste Ricci e Tahisa Storchi.

FARMÁCIA — Titular: Liete Severo. Suplentes: Louise Seixas, Celia Chaves e Gilberto Antunes.

LETRAS — Titular: Mathias Schaff Filho. Suplentes: Luiz A. Fischer, Sônia Gehring, Meiko Shimon, Eloina Santos e Maria da Glória Bordini.

MEDICINA — Titular: Ronald Bordin. Suplentes: Enilda Ribeiro e Luiz Carlos Pinheiro Machado.

ENGENHARIA — Titular: Maria Luiza Souza. Suplentes: Pedro Michelena, Nestor Heck, Paulo Rogério Ribas Della Mea, Joyson Pacheco e Marcó Tulio Vilhena.

MATEMÁTICA — Titular: Jandyra Maria Guimarães Fachel. Suplentes: Aron Taitelbaum e João Riboldi.

FABICO — Titular: Rubem Weyne. Suplente: Il-sa Girardi.

Vídeo-jornal na campanha pró-diretas para diretor

Prossegue a mobilização da ADUFRGS, AS-SUFRGS e DCE para estimular a eleição direta para diretor de Unidade da UFRGS. Nos próximos dias a Universidade poderá assistir ao vídeo-jornal *Linhas Diretas*, dando conta de como o processo está sendo articulado e, sobretudo, como está sendo visto pela comunidade universitária.

Linhas Diretas está sendo produzido pelas três entidades representativas da comunidade universitária, com colaboração da Central de produção da FACED (Faculdade de Educação) e da

FABICO (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação).

NOTA: Na audiência que concedeu à Diretoria da ADUFRGS, ao ser perguntado sobre a posição que adotaria na nomeação dos futuros Diretores, o Prof. Gerhard afirmou que seu critério será o de nomear os Diretores ejetos, ou seja, o primeiro de cada lista que lhe for enviada, "a não ser em casos onde essa nomeação pudesse comprometer a direção da Unidade". (sic)

MEC aceita proposta da Comissão de Enquadramento

O enquadramento dos docentes no novo Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), conquistado na greve de 87, foi desenvolvido por uma Comissão de Enquadramento de cuja composição faziam parte dois representantes da ADUFRGS: os professores Cláudio Scherer, da Física, e Cezar Leal, da Engenharia.

Por iniciativa desses representantes esse trabalho, que tendia a ser burocrático, transformou-se em uma análise criteriosa da situação de todos os docentes da Universidade, com base na legislação e na orientação do Movimento Docente.

Além das questões mencionadas no relato publicado nesta página, mereceram especial atenção os casos de acumulação de cargos, em relação aos quais a ADUFRGS estará atenta no acompanhamento das soluções.

A Diretoria da ADUFRGS torna público seu reconhecimento pela dedicação e responsabilidade com que os colegas Scherer e Leal cumpriram a delegação de representantes da Associação na Comissão.

A Comissão de Enquadramento da Universidade, onde a ADUFRGS está representada pelos professores Cezar Leal e Cláudio Scherer, levou ao MEC proposta de alteração do enquadramento de 272 docentes na carreira do magistério superior. Esta alteração procura corrigir, pelo menos em parte, uma antiga distorção que data de janeiro de 1981, quando foram criados os quatro níveis em cada classe, e a de Professor Auxiliar passou a integrar a carreira.

ERROS

Naquela ocasião professores Assistentes concursados em 1978 e 1979 foram enquadrados como Assistente I e II. Muitos deles já trabalhavam na Universidade como auxiliar de ensino há muitos anos (mais de 20 anos em alguns casos). Outros, recentemente contratados como colaboradores, também foram enquadrados como Assistente I, por decreto. Colocava-se, assim, no mesmo nível de profissionais com muitos anos de trabalho docente na Universidade, professores sem tempo nenhum na função. Muitos dos prejudicados, por

não terem seu tempo anterior computado, ingressaram na Justiça mas não obtiveram êxito.

Recentemente a Comissão de Enquadramento recebeu cerca de cem requerimentos pedindo um exame da situação. Após detalhado estudo das leis, decretos e portarias relativos à carreira, esta concluiu que poderia aplicar o artigo 61 do decreto 94.664, de 23 de julho de 1987, que determina a aplicação do § único do artigo 6º do decreto 2.280 de 1986, pelo qual os docentes que ingressaram na Carreira por concurso público devem ter seu tempo de serviço no magistério computado para efeitos de nivelamento, conforme as normas vigentes na oportunidade.

ENQUADRAMENTO

Embora o motivo que levou à formulação do artigo 61 seja o de corrigir distorções criadas pelo próprio decreto 2.280/86, a Comissão entendeu que ele fornece o caminho legal para reavaliar o nível atual também dos concursados anteriormente a 1981. Por isso foi feito um levantamento geral da situação dos professores concursados que poderiam ser beneficiados pela medida, incluindo, portanto, também aqueles que não haviam entrado com requerimento. Assim, os docentes que em 1º de janeiro de 1981 já tinham mais de 6 anos de trabalho tiveram seu nível atual recalculado como se naquela data tivessem sido enquadrados como Assistente IV, os que tinham de 4 a 6 anos como Assistente III, e os que tinham de 2 a 4 anos, como Assistente II.

No caso de 60 professores nas condições acima, que foram classificados em 1981 como Assistente I e que, por isso, ainda não tinham tido avaliação para progressão como Adjuntos, a Comissão solicitou aos Departamentos avaliação retroativa à data em que, de acordo com o critério proposto, teriam adquirido direito à mesma. Os departamentos atenderam à solicitação em quase todos os casos. Também os concursados após 1981, com tempo anterior no magistério (16 docentes) tiveram seu enquadramento corrigido. A proposta da Comissão foi aceita pelo MEC, devendo agora passar pelo SEDAP e o resultado ser publicado no Diário Oficial da União.

A nova classificação desses 272 casos deve ser efetivada retroativamente a partir de 1º de abril de 1987.

De São Carlos, Deonísio da Silva dá seu recado ao ADverso. Irreverente e irônico, sua marca registrada, inventa a República Januária, cotucando um pouco em cada área — política, economia, cultura... Como assinala nesta crônica bem ao estilo de seu último romance (*Orelhas de Abuguel*, editado pela Guanabara) a intenção do "comentarista de livros" do *Jornal da Tarde* é livrar o Brasil da "entourage" do governo Sarney, criando uma nação "só", "de pé", "sempre que não estivéssemos cansados".



foto-Samuel Lavelberg

Por uma República januária e independente em 1989

DEONÍSIO DA SILVA

Câmbio. Deonísio da Silva. Dou o prefixo, entro no ar e sintonizo o ADverso. "Cada um é como Deus o Fez, mas às vezes é ainda pior", disse o genial Cervantes. Escritor e professor universitário, à beira dos quarenta anos, estou como aquele personagem de Chico Anísio, que vive proclamando: "eu se fiz por mim mesmo". É verdade que boa parte fizeram comigo.

O que tenho a dizer para o intrépido jornal de vocês? Antes de mais nada, uma perguntinha marota: e a independência do Brasil meridional, não seria uma boa? Catarinense de nascimento, tendo vivido muitos anos no Rio Grande do Sul, gostaria de ver as duas repúblicas, a de Piratini e a Juliana, proclamadas na primeira metade do século passado, reerguidas, renascidas. O Ocidente adora um renascimento, somos chegados a uma ressurreição. Nisto, aliás, temos uma instituição poderosa como aliada: as Igrejas Cristãs, o único partido político com diretórios em todos os municípios e lugarejos (paróquias e capelas).

A República Januária, que seria proclamada em janeiro do ano que vem, quando todos estaremos de férias e teremos tempo para as devidas instalações, teria como moeda o PILA, que seria subdividido em MANGOS. Negociaríamos à base de milhões de pilas, bilhões de mangos, etc. Dado que a cabala nos ensina que, para o caso dos dois Estados do extremo sul, o ano ímpar dá melhor sorte, 1989 (vide os arcanos) seria divino!

Grandes contribuições de Santa Catarina à nova república, esta, sim, novinha em folha, não são difíceis de lembrar. Vera Fischer, na estética feminina e na arte de seduzir pirralhos, aliada à astúcia de livrar-se de coroas que estão mais para carrapatos do que para maridos. Falcão para técnico da seleção. Valdo, que abram, como eu, é de Siderópolis, seria o capitão do time. Leonardo Boff seria o nosso herege de plantão. Trataríamos dele com muito carinho, pois toda ortodoxia só melhora com um heregezinho a capricho. Dom Paulo Evaristo Arns seria repatriado de São Paulo, romperia com a CNBB e fundaria a CNBB do B. Quanto a comandantes de exércitos, apesar de o Moacyr Scliar nos ensinar que *O Exército de um Homem Só* é mais adequado, e mais bonito também, e além do mais não complica e nem faz feio em desfile, já que todos marcham unidos (e não dá golpe de Estado também, epa!), os gaúchos nos socorriam, pois eles têm generais de sobra. Por tocar assim de leve nas letras, ficaríamos com poetas para ninguém botar defeito, como Mário Quintana, Armindo Trevisan, Carlos Nejar, Mila Ramos. Ficcionistas, então, nem se fala. Vamos de Cyro Martins e Charles Kiefer, passando por Arnaldo Campos, Laury Maciel e Patrícia Bins. Sem contar todos *nosotros*.

Todos os escritores do Brasil meridional seriam declarados imortais. E não pelos motivos de agora, no velho Brasil, onde só há lugar para duas espécies de imortais: os que estão na Academia Brasileira de Letras e os que não têm onde cair mortos. A literatura meridional tomaria um dos dois rumos seguintes: espíritos mais sérios fariam dela uma forma de história clandestina, herética, ilegítima, que registraria aquilo que a História esqueceu de comentar, ou por incompetência, ou por safadeza. Os mais galhofeiros tratariam das letras como uma espécie de fofoca da sociedade, no que revelariam duas qualidades — como direi? — intrínsecas: a modéstia e a solidariedade. Afinal, o fofoqueiro não fala de si, mas do outro, não é, pois, um narcisista; e está preocupado com a vida alheia, tanto que o que mais faz é comentá-la, donde a sua inequívoca prova de fraternidade.

O Professor Felizardo faria uma revisão geral da História. Tudo seria esclarecido, a saber: por que razão Cabral, não querendo descobrir o Brasil, veio parar justo por essas bandas? História que até hoje está muito mal contada. A LPM, a Mercado Aberto e a Tchê fariam um *pool* para ver se tosquiariam o autor todo semestre ou apenas uma vez por ano, como se faz com os carneiros. Auxiliado por outros pesquisadores, como o Sergius Gonzaga e o Voltaire Schilling, o Prof. Felizardo dirigiria ainda uma coleção completa que responderia a outras questões: por que a independência do Brasil, que nos livrou do jugo pesado e chato de Portugal, foi obra de um Príncipe português? Por que foi caber logo a um marechal monarquista como o Deodoro a tarefa de proclamar a República? Por que a abolição da escravatura foi assinada por uma princesa escravocrata e latifundiária? Por que o Presidente da República, ao tempo da separação no governo do PMDB, que era contra a ditadura militar, era justamente o Presidente da ARENA, o partido que sustentava a ditadura militar? Por que a Reforma Agrária foi entregue aos latifundiários para ser feita? E por que, no velho Brasil, quando se trata de nomear alguém para cuidar do gramado, se pensa logo no cabrito? Feito tudo isso, a UFRGS e a PUC, unidas, dariam um curso de surrealismo, mostrando a sociedade como um reflexo da literatura e das outras artes. O Carlos Jorge Appel, também catarinense, em parceria da Regina Zilberman, que só não é catarinense porque os pais não emigraram para o lugar certo (como ocorreu igualzinho aos pais de Hegel, mas, infelizmente para nós, e felizmente para ele, não a Thomas Mann, cuja mãe é gaúcha e se chamava Julia da Silva, uma senhora da mesma *árvore genealógica* que eu), coordenariam um sistema de publicações dessas idéias todas em Cadernos apropriados.

E com tanto preto na República Januária, o que faríamos? O preto seria o nosso American Express: não sairíamos de casa sem ele, como sempre fizeram no velho Brasil? Ao contrário. Faríamos a redenção estética de pretos & brancos. A nação se misturaria muito mais e, desta mistura, é certo que sairia um povo ainda mais lindo.

A capital da República Januária seria Camboriú. Assim, a gente nem disfarçava, mesmo: quem trabalha em capital? Então, pelo menos, que o banho seja livre, para que ninguém seja obrigado a espantar o odor de santidade à custa de desodorantes, como se faz hoje em Brasília, uma cidade seca. *O Homem que suava só do lado direito* estaria, doravante, autorizado pelo Antonio Carlos Rezende a suar dos dois lados. O Antonio Hohlfeldt acumularia a liderança do PT com o aiatolato carmesim. O Olívio Dutra, que nos impõe respeito por muitos motivos, continuaria impondo também pelo bigode, vasto e espesso, e lideraria uma revolta inédita; num levante que uniria bancários e proletas. Que é que vocês acham disso? Pode ser que vocês não gostem, mas não sei se perceberam que minha intenção tem uma estrutura superficial, à vista, e outra profunda, encoberta: o Brasil meridional se livraria de quase toda a *entourage* do Governo Sarney. Só isso já não justificaria a separação?

O MEC não seria mais dirigido por um piauiense; O das Comunicações funcionaria sem baiano; o da Habitação, idem; o da Administração, sem nordestino; o da Fazenda teria, enfim, alguém do ramo, já que o sul, não somente tem fazenda, como tem Fazendas; o do Planejamento seria entregue a um mineiro, que mineiro é gente boa, e nós temos o Guilherme Cesar, "mineiro radicado no RS há cinquenta anos", como os gaúchos têm dito dele algumas vezes. (Se em cinquenta anos, não conquistou a cidadania, que farei eu com os meus parques dezesseis?) Mas essas quizzilas todas teriam fim, porque seríamos uma nação só. De pé. Sempre que não estivéssemos cansados, claro.

Então, essa era a idéia inicial. Sobre as obras escrevo outro dia. Uma palavra vale por mil fotografias, desde que não se tratem de fotos de gente como Eneida Serrano e Leonid Streliaev, que se regem pela regra inversa. E a mulher é a melhor parte da natureza humana, desde que goste da gente, naturalmente. Câmbio. Déo.

Deonísio da Silva, escritor, é professor de Comunicação e Expressão e Literatura Brasileira no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos, e de Televisão, no Pós-graduação em Educação da mesma Universidade.

VAMOS GARANTIR AS DIRETAS PARA DIRETOR: CONTRA O RETROCESSO NA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE!

Livraria do Parque Ltda.

Literatura Biomédica

Av. Osvaldo Aranha, 226 - Bom Fim
Fone: (0512) 27.5201 - Porto Alegre - RS



— O SEU STYLO DE LER —

- Tudo em papelaria
- Literatura em Geral
- Sobreloja livros técnicos
- Livros: preço de editora
- A vista 10% de desconto
- Crediário
- Encomendas pelo

fone: 36.5127

Trav. Leonardo Truda, 104 - centro - Porto Alegre

A POLÍCIA ESTÁ DE VOLTA NA UFRGS

Movimento Docente posiciona-se pela defesa dos princípios de autonomia Universitária.

A interferência da polícia federal na UFRGS fere os princípios de autonomia universitária, uma das principais bandeiras levantadas por professores, alunos e funcionários ao longo dos últimos 20 anos de luta.

Dois episódios, para citar apenas os mais significativos, comprovam essa interferência. A invasão da sala de reunião do CONSUN (Conselho Universitário) em 1º de setembro passado, atendendo à solicitação do professor Gerhard, a quem era transmitido o cargo de Reitor na ocasião, é um deles. O outro registrou-se no dia seguinte. Gerhard encaminhou ao coronel Luiz Macsen, superintendente da Polícia Federal de Porto Alegre, o ofício número GAB 0728-88, onde pede a apuração de "responsabilidade criminal de quem praticou os ilícitos relatados, bem como a requisição do material fotográfico e de televisão dos meios de comunicação locais, comprovatórios dos graves acontecimentos".

O material fotográfico (realmente) comprobatório dos graves acontecimentos publicados pela imprensa — veja por exemplo, a Zero Hora de 02/09/88, página 38; Diário do Sul da mesma data, capa e página 9; Folha de São Paulo do mesmo dia, página C 6, Painel n.º 5 da ADUFRGS e o Boletim, da mesma época, distribuído pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado) mostra policiais derrubando a porta da sala de reunião do CONSUN a pontapés, jogando gás lacrimogênio nos estudantes, professores e jornalistas, e a manifestação estudantil exigindo a renúncia de Gerhard.

Entendendo que a ingerência da polícia fere os princípios de autonomia universitária sacramentados pela Constituição Federal promulgada em 5 de outubro e conquistados pelo Movimento Docente, a Assembléia Geral Ordinária da ADUFRGS, realizada em 27 de outubro, posicionou-se pela retirada da solicitação de apuração de responsabilidade criminal por parte da Reitoria.

A mesma posição é defendida pelos estudantes da UFRGS, conforme informativo distribuído no mês de outubro, exigindo da Reitoria e do CONSUN uma postura diferente da que têm tomado até o momento.



foto Luiz Antonio Guerreiro — Objetiva Press

ASSESSORIA JURÍDICA

SERVIDORES PÚBLICOS E A APOSENTADORIA DOS PROFESSORES NA NOVA CONSTITUIÇÃO

Os docentes com tempo de serviço para requerer sua aposentadoria devem aguardar a criação do Regime Único.

O artigo 40 da Nova Constituição garante aposentadoria especial para os professores, com proventos integrais, nos seguintes termos:

“O homem poderá aposentar-se voluntariamente aos 30 anos de efetivo serviço em funções do magistério e a professora aos 25 anos, ambos com proventos integrais”.

Apesar da clareza meridiana da Norma transcrita, não há segurança suficiente para os atuais docentes regidos pela CLT requererem suas aposentadorias, enquanto permanecerem neste regime.

Cumpra esclarecer que a Nova Constituição fixou um prazo de 18 meses para a unificação dos regimes existentes. Até lá continuaremos tendo em nossa Universidade, ao lado dos docentes estatutários, os docentes celetistas.

A aposentadoria dos docentes celetistas, neste período, cairá na “vala comum” da Previdência Social, cujos critérios de cálculo levam a uma redução dos rendimentos que o segurado vinha percebendo em atividade.

É necessário lembrar que a emenda Constitucional n.º 18, de 30/06/81, já ha-

via outorgado “a aposentadoria para professor após 30 anos e para professora após 25 anos de magistério, com salário integral”. Após a edição dessa emenda, muitos professores celetistas que se aposentaram tiveram o benefício previdenciário fixado em valor bastante inferior ao que vinham percebendo em atividade. Recorrendo ao Poder Judiciário, não tiveram ganho de causa, porque os Tribunais entenderam que o salário seria integral... mas nos termos da Legislação Previdenciária, o que importava em legitimar sua redução.

A postura que tem assumido o Poder Judiciário, sempre sensível às pressões do Poder Executivo, leva-nos a recomendar que os docentes, com tempo de

serviço para requerer suas aposentadorias, aguardem a criação do Regime único, que surgirá no bojo da anunciada reforma administrativa, no prazo de 18 meses.

Por último, é importante que a categoria acompanhe o processo legislativo que deverá regulamentar as aposentadorias dos docentes, para assegurar o real cumprimento da norma constitucional, deixando muito claro no texto da lei ordinária que *proventos integrais* significa proventos iguais aos maiores salários ou vencimentos percebidos em atividade.

Rogério Coelho
OAB/RS-4655

Da Assessoria Jurídica da ADUFRGS

URP: situação das cautelares

O relatório fornecido pela Assessoria Jurídica da ADUFRGS em 27/10/88, informa a situação das medidas cautelares sobre a URP, conforme relação abaixo:

Alceu Ferrari — Ação ajuizada em 04/05/88, na 12.ª Vara, com 139 reclamantes celetistas. Teve sentença julgada procedente. Foi expedido ofício à UFRGS para que esta pague as URP's suspensas mas o TFR (Tribunal Federal de Recursos) determinou a suspensão da execução, que está parada até segunda ordem.
Alexandre Granitoff — Ajuizada em 20 de maio deste ano, na 12.ª Vara. A sentença foi favorável e está

na mesma situação da encabeçada pelo professor Ferrari.

Dercio Scholles — Ajuizada em 20 de maio de 88, na 2.ª Vara. Ainda não foi ditada sentença.

Adão Mautone — Ajuizada em 10 de junho passado, na 12.ª Vara, com 35 reclamantes celetistas. A sentença, de 13 de setembro foi julgada procedente e está, também, na mesma situação do professor Ferrari.

Sulamita Cabral — Ajuizada em 15 de setembro passado, na 1.ª Vara, com 12 reclamantes celetistas. Aguarda contestação da UFRGS.

SINDICALIZAÇÃO

Está marcado para os dias 25 e 26 de novembro, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Congresso Extraordinário da ANDES para deliberar sobre a nova estrutura sindical do Movimento Docente. Em pauta a fundamentação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo professores de Instituições Federais e Particulares, assim como docentes de I e II graus.

BOLSA NO EXTERIOR

A partir da segunda quinzena de novembro, até fevereiro do ano que vem, a Propesp estará efetuando inscrições para bolsas de estudo no exterior (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado). Informe-se na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFRGS,

MESTRADO E DOUTORADO

Atenção para as datas de inscrição e seleção para mestrado e doutorado na UFRGS!

Antropologia: (mestrado) inscrições até novembro. Seleção em dezembro. (fone 36.00.55).

Bioquímica: (mestrado) inscrições até novembro. Seleção ainda não marcada. (fone 24.60.22 R. 77).

Botânica: (mestrado) até novembro. Seleção em dezembro (fone 21.84.99).

Ciência da Computação: (mestrado) até novembro. Seleção em dezembro. (Doutorado) até 15 de novembro. (fone 21.84.99).

Ciência Política: (mestrado) até novembro. (fone 36.00.55)

Direito: (mestrado) até novembro. Seleção em março 89 (fone 25.45.88).

Ecologia: (mestrado) até novembro. Seleção em dezembro. (fone 24.60.22 R. 91).

Economia Rural: (mestrado) até 10 de dezembro. (fone 25.58.44 R. 48).

Educação: (doutorado) até novembro. (fone 27.56.78).

Engenharia civil: (mestrado) até novembro. Seleção de 2º a 22 de dezembro. (fone 25.78.71).

Engenharia — Recursos Hídricos: (mestrado) até novembro Seleção na 1.ª quinzena de janeiro. (fone 36.02.66).

Engenharia Mecânica: (mestrado) até novembro. Seleção em janeiro (fone 24.82.08).

Engenharia Metalúrgica: (mestrado) até novembro. (doutorado) durante o ano letivo. (fone 25.29.22).

Farmácia: (mestrado) em dezembro. (doutorado) 1º a 15 de março. (fone 31.48.44).

Filosofia: (mestrado) até novembro. (fone 36.17.99).

Física: (mestrado) até 15 de novembro. (doutorado) qualquer época do ano (fone 36.46.77).

Geociências: (mestrado) até novembro. (fone 36.12.11).

História: (mestrado) de 1º a 30 de novembro. Seleção em janeiro (fone 36.83.99).

Matemática: (mestrado) de dezembro 88 a fevereiro 89. Seleção no primeiro semestre de março. (fone 36.17.85).

Medicina — Clínica Médica: (mestrado e doutorado) até novembro. Seleção em dezembro para os dois cursos. (fone 31.66.99 R. 2127).

Medicina — Nefrologia: (mestrado e doutorado) até novembro. Seleção em dezembro. (fone 31.66.99 R. 152).

Música: (doutorado) até novembro. Av. Borges de Medeiros, 308 — 12.º).

Medicina Veterinária: (mestrado) até novembro. (fone 36.39.75).

Química: (mestrado) até novembro. Seleção entre 10 e 20 de dezembro. (fone 36.91.11).

Sociologia Rural: (mestrado) até 10 de dezembro. (fone 25.58.44).